



CUT é eleita para presidir maior confederação sindical do mundo e também ocupará conselho na OIT

Pág. 6

Líder do MTST, Guilherme Boulos fala sobre utopia em artigo exclusivo para a CUT

Pág. 8



Assentamento em São Paulo comprova que agricultura familiar é o caminho para o desenvolvimento sustentável

Pág. 7

ano 7 nº 45 agosto de 2014

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - www.cut.org.br

Jornal da **CUT** BRASIL

Quando o Judiciário atrapalha a luta da classe trabalhadora

CUT e juristas criticam intervenção da Justiça no movimento sindical

Págs 4 e 5



Simulação de júri na Faculdade de Direito da USP

Reformar o sistema político para devolvê-lo ao povo

Pág. 3



Editorial

O Judiciário e a liberdade sindical

Faz parte de uma sociedade democrática a definição de papéis das instâncias. O Brasil, como república federativa, tem três poderes constituídos: o Executivo, que governa; o Legislativo, que legisla; e o Judiciário, que garante o respeito à legislação vigente. Nosso país possui também uma Constituição Cidadã, elaborada por constituintes eleitos para este fim e promulgada em 1988.

De lá para cá, tivemos várias eleições em todos os níveis. Todas foram reconhecidas como honestas e transparentes.

Acontece que, desde então, tivemos um grande crescimento do número de partidos políticos e o Congresso Nacional não tem agilidade para debater e conseguir consenso para regulamentar ou complementar a legislação definida por nossa Carta Magna. Isso abre brechas para que alguns juízes e algumas instâncias do Judiciário comecem a criar leis e a interpretá-las conforme situações, como o interdito proibitório e julgamentos de greves salariais.

Para consolidar nossa Democracia, precisamos regulamentar a Legislação Sindical conforme define a OIT (Organização Internacional do Trabalho). O Judiciário não pode ser usado pelos patrões contra os trabalhadores e suas organizações sindicais. A CUT tem mostrado inúmeros casos de mau uso do Judiciário pelos patrões.

Nossa Central participa dos fóruns e instâncias nacionais e internacionais que buscam consolidar as relações capital trabalho na perspectiva de uma sociedade livre, democrática e cidadã.

Vagner Freitas
Presidente Nacional da CUT

Foto e fato da vez

Roberto Parizotti



VALEU, POVO BRASILEIRO

Ao final da Copa, 95% dos turistas estrangeiros disseram que pretendem voltar ao país e comprovaram nossa capacidade de receber o mundo com braços abertos. Na foto, dirigentes e trabalhadores da CUT assistem ao empate com o México em telão na sede da Central.

Eu, trabalhador

Do you speak english?

Roberto Parizotti

De segunda a sábado, o auxiliar de serviços gerais Daniel Matos, 32, deixa o distrito de São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo, para ajudar na segurança e dar apoio aos vendedores de uma loja na rua 25 de Março. Em um dos principais centros comerciais do país, a vida foi corrida durante a Copa. “Em junho não teve tempo ruim aqui”, comenta. Com a chegada do mundial, a região recebeu muitos estrangeiros e mesmo sem falar outro idioma além do português, ele diz que a comunicação flui. “Quando ouço o 'do you speak english', digo 'no, no' e já me viro na mímica.”



Expediente

Este jornal é uma publicação da CUT Nacional produzida pela Secretaria Nacional de Comunicação.
Jornalista responsável: Luiz Carvalho (Mtb 49852). Redação e edição: Equipe Secom.
Projeto Gráfico: Tmax. Diagramação: Douglas Figueiredo. Ilustração: Vitor Teixeira.
Colaborou nesta edição: Vanilda Oliveira. Foto da capa: Roberto Parizotti

www www.cut.org.br
cut radio.cut.org.br
tv.cut.org.br

t /cutnacional
f /CUTBrasil
/Secomcut

Política

Para reformar o sistema político e devolvê-lo ao povo, movimentos convocam Plebiscito

Coleta de votos acontecerá entre os dias 1º e 7 de setembro em todo país

Roberto Parizotti

Com o atual Congresso não haverá reforma capaz de tornar o sistema político mais democrático e representativo dos brasileiros. Por motivos óbvios: parlamentares que perderiam regalias não estariam nem um pouco dispostos a discutir um novo modelo.

“Quem foi eleito e é financiado pelo empresário não vai votar pelo trabalhador”

Diante deste desafio, movimentos do campo e da cidade, entre os quais a CUT, preparam para a primeira semana de setembro um Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Apesar do nome complexo, a ação

é simples. O plebiscito é uma coleta de votos para saber a opinião da população sobre um tema. E a Constituinte Exclusiva será um grupo eleito especificamente para debater a construção de novas regras para o sistema político. A população poderá votar entre os dias 1º e 07 de setembro em urnas espalhadas por sindicatos, fábricas, escolas, associações de bairro, igrejas e outros espaços de grande movimentação. A CUT está engajada nessa campanha e estimulou a criação de comitês: já são 680 em todo o país, apoiados por 285 organizações. Mesmo sem ter valor jurídico, uma votação expressiva no Plebiscito é fundamental para pressionar o Executivo e o Congresso a convocarem a constituinte e mudar as atuais regras do jogo. Por exemplo, ampliar a representação da classe trabalhadora no parlamento, que hoje, equivale a apenas 19% dos eleitos, mesmo sendo 61% da população brasileira.



Você sabia?

- Do total de recursos das campanhas eleitorais em 2012, 95% vieram de empresas.
- Mulheres são 9% dos deputados federais e 12% dos senadores, apesar de 51% da população brasileira.

(Fonte: Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro e Congresso Nacional)

Essa distorção ocorre por conta de fatores como o financiamento empresarial das campanhas eleitorais. Patrões investem pesado e cobram a conta depois em forma de aprovação de projetos que os interessam. Por isso o financiamento público será uma das bandeiras em discussão. “Não adianta sonharmos com

reforma agrária e democratização da comunicação com esse Congresso que aí está, porque quem foi eleito e é financiado pelo empresário não vai votar pelo trabalhador”, ressaltou o diretor Executivo da CUT, Júlio Turra.

Para saber mais acesse:
www.plebiscitoconstituinte.org.br

No Congresso

PEC do Trabalho Escravo: boa notícia, pena que parece sem fim

A saga de quase 20 anos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Trabalho Escravo pelos corredores, gavetas e bastidores do Congresso Nacional é uma boa síntese da necessidade de uma reforma

ampla do sistema político. Mesmo que ninguém tenha coragem de negar em público o princípio da PEC – combater o trabalho escravo –, o texto só foi aprovado pelo Senado em maio deste ano, ainda assim, com uma emenda dos ruralistas

que pode abrandar o atual conceito do que é trabalho análogo à escravidão. E, a partir daí, o processo voltou para as gavetas do Congresso. Uma ampla reforma do sistema político que equilibrasse as forças do Congresso (leia mais

acima), onde a maioria, financiada pelos grandes empresários e banqueiros, vota unicamente de acordo com os interesses do capital, poderia evitar que as mudanças fossem tão lentas e sabotadas como hoje em dia.

Reportagem da Capa

O Judiciário fora da ordem

Trabalhadores e magistrados criticam a intervenção da Justiça na atuação dos movimentos sociais e cobram diálogo

A professora Sueli Adriano foi responsabilizada criminalmente pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em maio deste ano. Seu delito foi exercer o legítimo direito de greve garantido pela Lei 7.783, de 1989. À frente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Blumenau (Sintraseb), ela comandou a maior paralisação da categoria no município.

Logo no terceiro dia do movimento, o tribunal impôs o retorno ao trabalho a todos os servidores da saúde e da educação, sob pena de multa e desconto dos dias parados. Diante da resistência da categoria, a Justiça elevou o valor da punição, determinou que a mobilização ficasse a 500 metros dos estabelecimentos públicos e intimou a dirigente.

As decisões, porém, não acabaram com a greve, que terminou somente após conquistar aumento real de salário e um plano de cargos e carreiras. Mas casos como esse, em que a classe trabalhadora tem de enfrentar os patrões e as

decisões da Justiça, viraram regra no Brasil.

Cada vez mais os movimentos sociais observam a balança do embate entre capital e trabalho ser afetada pelo Judiciário, que muitas vezes atua para sufocar as mobilizações, em vez de cumprir sua função constitucional de garantir os direitos sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e o Estado.

Para o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, parte da Justiça acredita que os sindicatos são fracos e, por isso, precisa intervir. “Isso é um equívoco. A disputa da livre negociação entre patrão e empregado é fundamental até mesmo para o fortalecimento das instituições sindicais”, defende.

Criminalização da greve

A visão do dirigente é compartilhada por quem lida diariamente com os conflitos trabalhistas, como o juiz do Trabalho e professor da faculdade de Direito da Universidade de São

Paulo (USP) Jorge Souto Maior. “O julgamento da greve, que só existe no Brasil, acaba sendo uma forma de frear o choque entre capital e trabalho, enquanto nas outras culturas, sobretudo europeias, a paralisação é vista como a essência da democracia”, explica.

Segundo ele, os períodos de repressão que o país enfrentou ainda influenciam o olhar dos juristas sobre os movimentos sociais. Para Souto Maior, somente a partir do governo Lula, em 2002, começou outra relação do Estado com essas organizações, mas ainda insuficiente para reverter esse cenário.

Um avanço significativo foi a Emenda Constitucional (EC) número 45, aprovada em 2004, que criou o Conselho Nacional de Justiça, responsável por fiscalizar e estabelecer metas para os juízes. A emenda também fez com que o julgamento de interditos proibitórios saísse da esfera civil e fosse para a trabalhista, em processo relacionados a greves.

Com isso, a situação melhorou. Porém o mecanismo que, teoricamente, serviria para resguardar a posse de uma propriedade, ainda é usado para manter os grevistas distantes dos piquetes e diminuir o poder de pressão da classe trabalhadora. “Durante nossa campanha salarial, depois que o juiz concede o interdito, muitos bancários recebem mensagem pelo celular informando que a agência está aberta e serão demitidos se não forem trabalhar. Apesar dessa prática ter diminuído, ainda serve para dificultar o diálogo com a categoria”, diz o secretário de Assuntos Jurídicos da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Alan Patrício.

A insatisfação com o Judiciário também atinge os próprios magistrados. A lei que rege a categoria é de 1979 e, além de pouco democrática, interfere na decisão sobre as ações. A Associação dos Juízes para a Democracia (AJD) é uma das

Roberto Parizotti



Para o juiz Jorge Souto, atuação do Judiciário prejudica democracia

Roberto Parizotti



Presidente da AJD, André Bezerra, cobra democracia na eleição dos tribunais

Reportagem da Capa

entidades que luta para mudar esse modelo, cobrando o direito de os juristas de primeira instância votarem nos presidentes dos seus tribunais e combatendo a designação política de seus auxiliares.

“Uma vara de execução fiscal na cidade de São Paulo pode ter um juiz titular concursado e independente, mas que é auxiliado por quatro pessoas definidas pela presidência do tribunal. Essas entram e saem quando o presidente quiser, sem critérios definidos e sujeitos à pressão política, o que pode levar a distorções no julgamento”, explica o presidente do Conselho Executivo da AJD, André Bezerra.

Há ainda as limitações estruturais. O advogado trabalhista Paulo Yamamoto destaca que várias empresas deixam de pagar direitos porque apostam que, mesmo se

condenadas em algumas ações, esses processos levarão anos para serem decididos.

“Com isso, o Judiciário recebe muitos processos, sem que o Ministério do Trabalho tenha auditores fiscais e o Ministério Público do Trabalho procuradores o suficiente para investigar”, aponta.

Para encontrar saídas em parceria com os juristas é que a Central cobra a aproximação da categoria com os trabalhadores. “Precisamos que os tribunais tenham espaço para negociação antes de julgarem as ações”, defende o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre.

Renovar a formação

Uma mudança mais profunda depende ainda da alteração na forma como os juristas são preparados. Formado há dois anos

pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Yamamoto acredita que o ensino da matéria permanece distante da realidade e que nem sempre o juiz será conservador, mas certamente terá uma formação conservadora. Ele ressalta que o magistrado pode se dedicar aos estudos a vida toda, conseguir o registro da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ser aprovado em concurso público e jamais conhecer o que julgará.

O sentimento de que a cultura jurídica do país valoriza mais o conhecimento técnico do que o reconhecimento do cotidiano é compartilhado pelo ministro do Tribunal Regional do Trabalho e ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Coutinho.

“A formação jurídica é marcada pelo Direito positivista, aquele que considera simplesmente a letra fria

da lei, sem admitir o diálogo dentro do próprio Direito. Favorece quem já está no poder e não quem luta para transformá-lo”, critica. Diante de tantas questões, tanto a CUT quanto os operadores do Direito são categóricos ao afirmar que a reforma do Judiciário deve vir acompanhada de medidas que fortaleçam a organização da classe trabalhadora, como a ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre liberdade e autonomia sindical.

No cenário atual, ressalta o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, os tribunais jogam a favor de entidades sindicais pouco representativas. “A Justiça acaba sendo boa para sindicato que não tem organização, proximidade com as bases e, ao invés de lutar e fazer a negociação, recorre à Justiça,” pontua.

Democracia no Supremo

Desconhecido da grande maioria dos brasileiros até pouco tempo, o Supremo Tribunal Federal (STF), ganhou destaque nos últimos anos ao decidir sobre temas fundamentais para a

sociedade brasileira.

A atuação da corte suprema, porém, rende críticas da CUT e de magistrados por retirar questões importantes do centro do debate popular e jogar para uma instância onde a participação e a pressão dos

movimentos sociais é menor.

Diante disso, organizações que se dedicam a debater o Judiciário cobram a democratização do STF e que o Supremo se limite a julgamentos que tratem da correta aplicação da Constituição, sem outras atribuições como ser

última instância para julgamento de políticos.

O jurista Dalmo Dallari defende também que a eleição dos ministros da Suprema Corte seja precedida por uma votação nacional de juizes, promotores e advogados. Estes sugeririam uma lista de três nomes, dos quais o presidente tiraria um. Atualmente, a escolha é feita pela indicação presidencial e depois o nome passa apenas por uma sabatina no Congresso.

Já a Associação dos Juizes pela Democracia cita o modelo argentino, em que os candidatos ao cargo no STF tornam esse desejo público para que a sociedade conheça os indicados e possa se manifestar.

Nada é mais distante da população do que o STF,
defendem magistrados



José Cruz - Abr

Internacional

CUT assume maior Confederação Sindical do mundo

Secretário João Felício se compromete a combater Tratados de Livre Comércio e unificar trabalhadores

O ex-presidente e atual secretário nacional de Relações Internacionais da CUT, João Felício, foi eleito em maio para a presidência da Confederação Sindical Internacional (CSI), entidade que representa mais de 170 milhões de trabalhadores de 161 países. Felício será o primeiro brasileiro e latino-americano a presidir a entidade, tendo entre suas prioridades o combate aos Tratados de Livre Comércio (TLCs), a taxação das grandes fortunas e a luta por direitos trabalhistas.

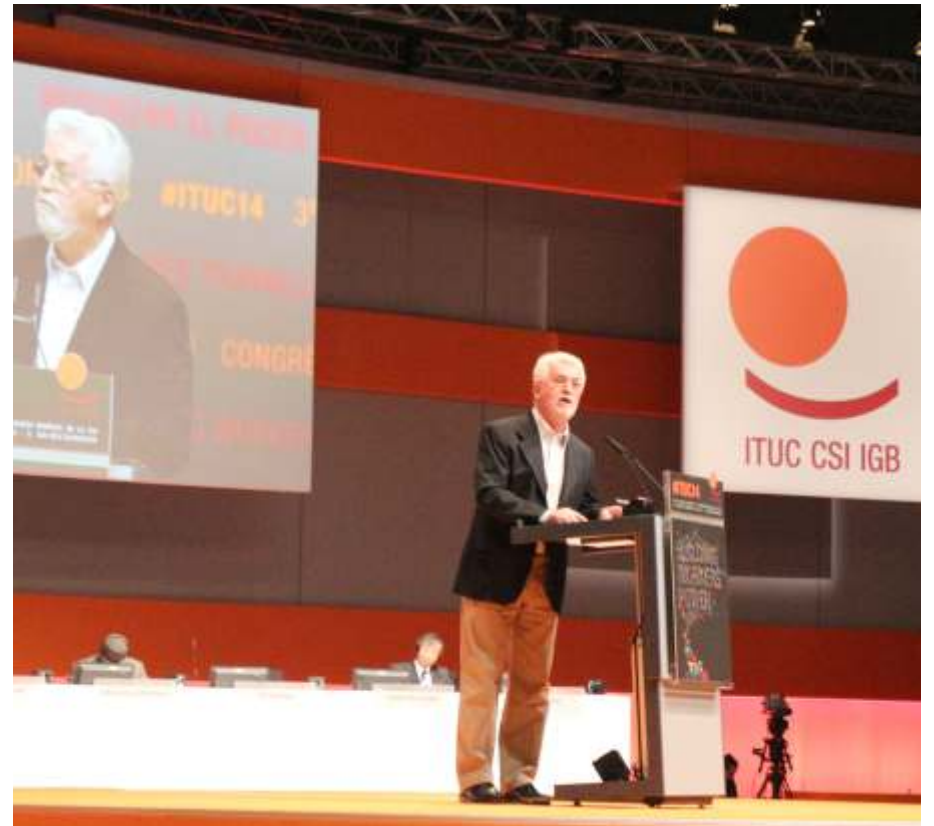
Para o dirigente, são necessários “avanços na política e uma gestão mais participativa na CSI, fortalecendo a organização, a unidade e a mobilização do sindicalismo contra o retrocesso

neoliberal”.

“O Banco Mundial e o FMI estão alinhados, pressionando para que os governos cedam às suas pautas, desconsiderando e desrespeitando o resultado das urnas. Devemos nos somar a quem resiste a esta lógica, que precisa mudar”, enfatizou.

CUT no conselho da OIT

Antonio Lisboa, membro da direção nacional da CUT, foi eleito em junho como representante dos trabalhadores brasileiros no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A entidade é o setor das Nações Unidas que luta por um Trabalho Decente no mundo, sendo responsável pela formulação e aplicação de normas internacionais de trabalho.



Para Felício, CSI deve liderar unidade dos sindicatos diante das transnacionais

#SóQueNão

Copa no Brasil 10 x 0 Mídia

O povo brasileiro é o maior vencedor da Copa do Mundo 2014. No topo da lista dos perdedores está a tal “grande mídia”, com seu pessimismo oportunista e serviço aos setores conservadores da sociedade.

Jornais, revistas, sites, emissoras de rádio e televisão, editorialistas comentaristas, analistas políticos e esportivos que apostaram e alardearam que o mundial seria um “caos”, um “vexame”, um “desastre” sofreram derrota maior que o 7 a 1 da seleção frente à Alemanha, na semifinal,



Divulgação

em Minas Gerais.

A derrota da mídia ocorreu porque a maior parte dos meios de comunicação de massa insistiu em não fazer jornalismo profissional. Preferiu o sensacionalismo, em vez de buscar fatos e números nas

fontes, ouvir autoridades. Não cumpriram o papel sagrado de informar.

A Folha de São Paulo teve de manchetar em sua primeira página uma pesquisa na qual tudo na Copa foi aprovado por

turistas – desde os banheiros dos estádios até a mobilidade urbana. O verdadeiro Brasil, longe da mídia, surpreendeu os estrangeiros: 50% deles haviam lido mais notícias negativas do que positivas sobre o país, revela a pesquisa. Cordialidade e congraçamento permearam todos esses números. Problemas? Sim, mas dentro da normalidade em um mundial que recebeu nota 9,25 da Fifa e mostrou como é o Padrão Povo Brasileiro de Copa do Mundo.

Vida no Campo

Assentamento em SP é exemplo do acerto da reforma agrária e da agricultura familiar

Em Agrovilas no interior paulista, organização vai da produção de alimentos a escola e rádio comunitária

Durante quase duas horas, à média de 120 km/h, a única coisa que se vê de ambos os lados é uma imensidão de eucaliptos, espécie ruinosa para a terra, protegida por cercas de arame farpado. Vencido esse trecho, no sentido São Paulo – Itapeva, separadas por mais de 300 km, chega-se a outro cenário, absolutamente verde e sem nenhuma cerca à vista. Estamos na área dos sete assentamentos chamados Agrovilas, uma conquista do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra cuja história começou há 30 anos. Os assentamentos, hoje reunidos numa cooperativa de comercialização criada há 10 anos e sem dívidas bancárias há cinco, são um exemplo de que a reforma agrária não é apenas viável, é uma forma de elevar a qualidade de vida de pessoas cujo passado parecia sem esperança.

Lá vivem 400 famílias, cada uma

“Nunca mais saio daqui. A vida é bem melhor do que quando estava na cidade, sem emprego”

proprietária de 6,5 alqueires, produzindo feijão, milho e trigo, cada cultura ocupando a terra em sua época correspondente. Ao falar dos produtos, o presidente da Cooperativa dos



Roberto Parizotti

A produção de leite ajudou a mudar a vida de pessoas como “Mineiro” (acima)

Assentados da Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva, Sebastião Aranha, deixa claro sua preferência afetiva pelo feijão. “Ah, meu filho, porque isso aqui é o que vai pra mesa, pra alimentar o trabalhador”, explica. As demais são importantes na medida em que mantém os assentamentos produtivos todo o ano.

A produção de feijão das Agrovilas atinge hoje 120 toneladas por colheita. 60% são vendidos – sem atravessadores, após a criação da cooperativa – para merenda, graças a um programa criado pelo governo do ex-presidente Lula, que condiciona 30% das compras das escolas públicas a produtos da

agricultura familiar.

Os cinco mil litros de leite produzidos diariamente pelas Agrovilas também alimentam crianças estudantes, por intermédio de convênio entre governo federal, MST e prefeituras. A usina, modernamente equipada, ajudou a mudar a vida de gente como o criador Mineiro, ou Valdere Ramos Vaz. “Nunca mais saio daqui. A vida é bem melhor do que quando estava na cidade, sem emprego”, diz ele, ao lado dos filhos pequenos Valdere e Natielle. Surgidas a partir de ocupação em 1984, as sete Agrovilas de Itapeva são um exemplo de que a reforma agrária e a agricultura familiar são solução, sim.

Agenda Rural

Crianças têm escola perto

2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Boa parte das propriedades nessa classificação é fruto da reforma agrária. Para dar certo, é preciso estrutura produtiva, de comercialização e de vida para as pessoas que lá trabalham.

Roberto Parizotti



Famílias do Acampamento Nova Esperança aguardam regularização de terra devoluta

As Agrovilas de Itapeva têm casas de alvenaria, tratores, dois galpões, máquinas de secagem e embalagem e outros equipamentos. As crianças têm escola perto, construída pela luta do movimento.

O salto de qualidade tem 10 anos. Financiamentos e programas permitem aos moradores planejarem, hoje, a construção de três silos e a compra de máquina de secar feijão, para reduzir custos e aumentar a independência.

Mas nem tudo são flores. A 20 minutos dali, 400 famílias aguardam a desapropriação do Acampamento Nova Esperança, área devoluta como foram as sete Agrovilas. ●

Diz CUT

Tornar possível o impossível

Tornar possível o Impossível é o título de um livro da militante socialista chilena Marta Harnecker. Fala sobre a importância da organização dos trabalhadores para produzir mudanças sociais, que a todo momento são apresentadas como impossíveis.

Na verdade sequer precisaríamos recorrer aos livros. A luta concreta nos traz frequentemente este ensinamento. Os trabalhadores em movimento produzem o impossível, transformam sonhos em realidade.

Quem diria, até o começo do século 20, que seria possível a jornada de 40 horas semanais? Ou o reconhecimento do direito de greve? A previdência social pública? E outros tantos direitos "impossíveis" conquistados pelos trabalhadores. Quem diria, antes de junho de 2013, que as tarifas de transporte iriam abaixar após a tentativa de aumento? Ninguém apostaria nisso, mas o povo nas



ruas conseguiu.

Quem diria que os trabalhadores sem-teto conquistariam milhares de moradias em 2014? Pois é, após grandes ocupações e mobilizações

conquistaram mais este "impossível".

A elite brasileira, conservadora e antipopular, busca vender a ideia de que avanços maiores na pauta

dos trabalhadores são impossíveis. Eles têm a mídia para martelar isso e tentar matar sonhos diariamente. Mas a luta dos trabalhadores é teimosa e não aceita o impossível. Queremos torná-lo possível e sabemos o caminho para isso.

Reformas urbana, agrária, política, econômica, tributária, democratização dos meios de comunicação e desmilitarização da segurança pública. Essas pautas, que hoje podem parecer impossíveis, tornaremos possíveis na organização e na luta.

Com pé no chão e fé na luta, fortalecendo a unidade entre os trabalhadores do movimento popular e sindical brasileiro, vamos derrubando barreiras e tornando nossos sonhos possíveis.

Até a vitória!

Guilherme Boulos

Membro da Coordenação do MTST e da Frente de Resistência Urbana

Olhar

Mandou Bem

A presidenta Dilma Rousseff contrariou os conservadores e baixou um decreto que institui a Política e o Sistema Nacionais de Participação Social para ampliar a participação da sociedade nos espaços de decisão. A medida é uma antiga reivindicação da CUT.

Marcelo Casall Jr



Mandou Mal

Após perder para a CUT a luta contra a terceirização desenfreada, com a suspensão do Projeto de Lei 4330/2004, os patrões levaram a decisão sobre o tema ao Supremo Tribunal Federal. Cabe agora ao Judiciário a decidir se libera ou não a terceirização sem limites.

Willson Dias

